

Plano Levy ataca direitos e causa recessão



29 DE MAIO

PARALISAÇÃO NACIONAL

Contra a terceirização, as MPs 664 e 665 e o ajuste fiscal

O QUE VAI DECIDIR O 5º CONGRESSO DO PT?

Universidades

Ajuste leva
ao caos
pág. 2

FMI

Ajuste está bom, mas é
preciso mais
pág. 8

História

Derrota de Hitler,
mérito de Stalin?
pág. 10

Internacional

Tombo do Labor nas
eleições britânicas
pág. 11

“Fui demitido e não tenho direito ao seguro desemprego”

Com a restrição da MP 665, depois de 11 meses de trabalho, jovem fica a “ver navios”

Como resultado da política de ajuste fiscal, o desemprego entre a juventude cresceu para 17%, segundo dados do IBGE. A Medida Provisória 655, que restringiu o acesso ao seguro desemprego, vai atingir particularmente a juventude, devido a alta rotatividade a que estão submetidos os jovens.

É o que explica a O Trabalho, JP, jovem de 21 anos, militante da Juventude Revolução de São Paulo. Estudante pré-vestibular, foi demitido de uma empresa de telemarketing, seu primeiro emprego, e não teve acesso ao seguro-desemprego.

OT: Como a MP 665 te prejudicou?

JP: Trabalhei pela primeira vez com carteira assinada em um telemarketing, numa empresa chamada Contax, no Brás, em São Paulo. Depois de onze meses, fui mandado embora. A maioria dos jovens trabalhadores como eu no telemarketing dificilmente chega a ser demitida. Geralmente são forçados a pedir as contas pelo estresse e pela pressão. Agora estou desempregado. Com a

MP 665, tenho que ter dezoito meses (ou 12 conforme se discute no congresso), ao invés de seis meses como antigamente, para conseguir ter acesso ao seguro desemprego, que me ajudaria muito nesse período, mas infelizmente como já disse anteriormente eu trabalhei por ‘apenas’ onze meses.

OT: Pelo que vivenciou no telemarketing, considera que um jovem suporta ficar um ano nesse trabalho?

JP: Não em empregos sucateados onde a juventude, em sua maioria negra e pobre, é obrigada a se enfiar para poder ajudar em casa e se manter. No telemarketing, temos problemas sérios, os trabalhadores são obrigados a vender produtos a qualquer custo, com supervisores a cada minuto pedindo por vendas e se o funcionário não vende, começa a sofrer ameaças de justa causa. E sempre antes de ir ao banheiro também tem que pedir permissão, se tiver um fluxo alto de ligações, talvez seu pedido seja negado por alguns minutos e se você demorar também tem que se justi-

ficar. Você tem metas quase que inalcançáveis que criam uma competição interna terrível e aumenta o estresse. Muitas vezes, com medo de não bater a meta, encerramos ligações de vendas nas quais o cliente não quis permanecer com o produto. O cliente liga novamente estressado, o atendente posterior também não quer diminuir seus resultados e acaba também encerrando o contato. Fora isso, se a pessoa finalmente bate a sua meta, a meta tem regras para ser efetivada. Se você faltar, mesmo justificadamente, com atestado, sua meta já era. Se algum cliente reclamar de você, mesmo você passando o procedimento de maneira correta, já era também. É claro que a empresa diz que isso pode ser revertido, mas, durante onze meses, nunca vi acontecer. Se tirar nota baixa em uma ligação das quatro que a empresa ouve, também já era. Enfim, com todo esse ambiente “acolhedor”, três meses já é tempo o suficiente para alguém que não queira enlouquecer!

OT: O que você acha que deve ser

feito para resistir à MP, ao ajuste fiscal que tanto tem afetado a juventude?

JP: Sou militante jovem e organizado com a Juventude Revolução. Realizamos uma Plenária nos dias 8 a 10 de maio, que reuniu cerca de 40 coordenadores de núcleos, de vários estados. Como a plenária foi totalmente auto financiada, pudemos discutir livremente a situação da juventude na atual conjuntura e tomamos uma série de decisões. Uma das mais importantes foi a necessidade de unir forças com os trabalhadores na paralisação nacional convocada pela CUT no dia 29 de maio, para lutar contra o ajuste fiscal, pela revogação das MPs 664 e 665, contra o PL 4330, pois acreditamos que a juventude organizada ao lado dos trabalhadores é a melhor maneira de garantir os nossos direitos. Vamos discutir o efeito do ajuste em nossas escolas, cursinhos e faculdades e locais de trabalho, e vamos também ajudar os trabalhadores a paralisar as atividades, rumo à greve geral. Queremos ser ouvidos e não aceitamos qualquer direito a menos!

Ajuste fiscal provoca caos nas universidades federais

Mobilizações tentam reverter a situação criada pelos cortes impostos pelo plano Levy

A situação nas universidades está caótica, em função dos cortes feitos no início do ano.

A combinação é explosiva. Nos últimos anos, com o REUNI, houve uma considerável ampliação de vagas e da infraestrutura, sem um aumento de verba proporcional.

Ao mesmo tempo, as universidades ficaram mais dependentes dos serviços terceirizados, em função da lei de FHC que extinguiu concurso público para contratação de cozinheiros, seguranças, funcionários de limpeza e motoristas.

Agora, muitas instituições não conseguem pagar os serviços terceirizados como limpeza, alimentação e segurança, outras suspenderam o pagamento de contas de luz e água e há muitos cortes de bolsa de assistência estudantil. É contra essa situação que começa uma mobilização.

Na UFRJ e UFJF, reitorias ocupadas

O ANDES (sindicato dos professores) está convocando greve para o dia 28. E em várias instituições os estudantes já lideraram as manifestações. Na Universidade Federal do Rio de Janeiro, os estudantes ocuparam a reitoria. Com os terceirizados em greve, há lixo por toda a universida-



Estudantes na ocupação da reitoria da UFRJ

de, criando uma situação insustentável. Os estudantes exigem o pagamento imediato dos terceirizados, a garantia do pagamento das bolsas e o fim do ajuste fiscal.

Situação semelhante ocorre na Federal de Juiz de Fora. Depois de ouvir da reitoria que a universidade tem 30 milhões a menos no custeio geral esse ano, e que já suspendeu o pagamento da conta de luz, os estudantes decidiram ocupar a reitoria e também reivindicam garantias de que as bolsas serão pagas, além do fim do ajuste fiscal.

A UNE está atrasada

A UNE, até agora, tinha se limita-

do a condenar em notas os cortes, mas sem nenhuma ação. Pressionada pelas mobilizações, numa audiência com Dilma no dia 19, a presidente da entidade, Vic Barros, cobrou o governo: “A gente não aceita nenhum centavo a menos para educação. Caso haja qualquer tipo de contingenciamento na educação, nós seremos intransigentes na reivindicação de que uma medida como essa seja revogada”.

Agora é passar da palavra aos atos. O site da UNE fala em um dia de paralisação na semana de 25 a 29, sem anúncio de data. A política de ajuste fiscal, entretanto, é uma só. O momento é de unir forças com a

CUT e as centrais sindicais na paralisação convocada para o dia 29. Depois disso, o congresso da UNE (de 4 a 7 de junho) será o momento para organizar a mobilização, superando a oscilação da direção da UNE de submissão ao governo. Um combate que começa desde a base, nas mobilizações com os CAs, DAs e DCEs, e passa pela eleição de delegados ao congresso.

Luã Cupolillo

AUMENTO NA TAXA DO ENEM

O Ministério da Educação (MEC) aumentou a taxa de inscrição do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) de R\$ 35 pra R\$ 63. O Ministro Renato Janine Ribeiro alegou que o MEC faria “sua contribuição ao ajuste” exigido pelo plano Levy. O MEC justifica que o exame não teve reajuste desde 2004 e que a maioria das inscrições recebem isenção (para alunos que curso o último ano do ensino médio ou por baixa renda). E os que não são isentos, quase 30% terão que pagar o pato do ajuste?

A CUT está certa, não ao ajuste fiscal!

Uma semana da paralisação nacional convocada pela CUT e outras centrais, “contra a terceirização, as Medidas Provisórias 664 e 665, e o ajuste fiscal”, é hora de ouvir os trabalhadores, antes que seja tarde.

As Medidas Provisórias integram o plano de ajuste do ministro Joaquim Levy – voz e mão forte dos banqueiros dentro do governo – para cumprir a meta do superávit fiscal primário, exigência dos especuladores atendida por Levy e que já provoca o retrocesso contra o qual Dilma, do PT, foi reeleita.

O desemprego chega aos lares das famílias trabalhadoras. A taxa de desemprego atingiu 7,9% no primeiro trimestre (PNAD-IBGE). As montadoras preparam novas demissões. No ABC Paulista, a Volks já havia colocado oito mil trabalhadores em férias coletivas e a Mercedes-Benz acaba de dar férias para sete mil, anunciando a demissão de 500 trabalhadores dos 1750 que a empresa diz serem excedentes. Os salários se comprimem.

Universidades suspendem aulas e projetos, sem dinheiro para pagar a conta de luz.

Os estados e municípios, com o torniquete apertado, enfrentam greves de professores e faltam recursos para atender serviços de assistência social.

Uma situação já grave e que vai piorar com o

corde de orçamento em discussão no governo federal. O ministro Levy explica que o ajuste é uma sinalização aos investidores. Para o capital especulativo que quer promover a pilhagem da nação e dos trabalhadores, é uma sinalização de que aqui encontrarão um porto seguro.

Recente relatório do FMI elogia a política econômica, mas diz que as medidas “são insuficientes”, é preciso atacar mais fundo (ver pág. 8). É o caminho para o desastre, que só começa, e contra o qual os trabalhadores resistem.

Dilma e a direção do Partido dos Trabalhadores podem reverter essa situação, antes que seja tarde. Quanto mais cedem às pressões dos especuladores, mais as forças reacionárias, dentro e fora do governo, avançam e mais cresce a crise do PT.

PLANO LEVY: O CAMINHO PARA O DESASTRE

É nesse cenário, por exemplo, que o presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB), acelera a votação da contrarreforma política para distorcer, ainda mais, a representação da maioria do povo trabalhador.

A resistência encabeçada pela CUT indica o

caminho a seguir. A paralisação de 29 de maio é parte de um calendário de lutas que, desde março, mobiliza a base social que reelegeu Dilma, contra as medidas adotadas por seu governo, um verdadeiro “passa moleque” no esforço que mobilizou esses mesmos setores para derrotar o PSDB.

Dilma precisa ouvir o recado: os trabalhadores não aceitam pagar o preço da crise dos capitalistas.

Antes que seja tarde, o PT precisa conectar-se com sua base social que luta contra o ajuste fiscal ao qual a cúpula partidária diz amém.

Essa contradição está na raiz da crise que vive o partido. Dez deputados da bancada petista não votaram as MPs do ajuste, contra os trabalhadores

Ao não lutar para Dilma aplicar o mandato popular recebido, a cúpula deixa o partido mais vulnerável à ofensiva da burguesia que visa “extinguir” o PT. Não será em confabulações com Renan e o PMDB que o PT encontrará a saída para a crise que o corrói.

Reatar com a base social que luta pelos compromissos que o PT assumiu com a maioria explorada é o caminho para defender o partido contra os que querem sua extinção.

Todos ao dia 29 em defesa dos direitos, abaixo o Plano Levy!

CAMPANHA DE ASSINATURAS

Você pode receber seu jornal em casa ou ler a edição no site, fazendo sua assinatura.

Nesse mês de maio, O Trabalho completa 37 anos de existência (abaixo o número zero, de 1978).

Para manter a independência financeira que mantivemos nestes 37 anos,

condição de seguir sendo um jornal voltado para ajudar e reportar a luta dos trabalhadores, estamos em campanha, até o final do mês. Faça uma assinatura solidária!

24 edições a
R\$150,00



Memória

PRESOS DO IRA MORREM EM GREVE DE FOME

As manchetes dos jornais burgueses repetem-se, tragicamente, quando versam sobre a Irlanda: “Violências na Irlanda no enterro de grevista”. É a quarta morte de um grevista através da greve de fome, atitude através da qual os prisioneiros irlandeses pertencentes ao IRA [Exército Republicano Irlandês] pretendem o reconhecimento como prisioneiros políticos. Por enquanto, depois de morrer Bobby Sands, Francis Hughes, Patrick O’Hara e Raymond MaCreesh, o governo da reacionária Margaret Thatcher continua considerando-os como prisioneiros comuns. (...) A luta de classes na Irlanda toma um aspecto de luta de libertação nacional (...).

O Trabalho nº 107 – 27/5/1981



Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel deste então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: “um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo”. É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br

Facebook: www.facebook.com/jornalotrabalho

Arte: Antônio do Amaral Rocha

Petrobras: PSDB avança contra o sistema de partilha

Riqueza do Pré-Sal deve servir ao povo brasileiro e não às multinacionais, diz FUP

Depois do ministro das Minas e Energia, Eduardo Braga (PMDB-AM), ter acenado em Houston (Texas-EUA) com mudanças no marco regulatório do Pré-sal e na norma de conteúdo local nas concessões, a Federação Única dos Petroleiros (FUP-CUT) em nota, mais uma vez saiu na defesa intransigente da soberania nacional, cobrando o “compromisso que deve ser honrado por um governo eleito pelos trabalhadores. A hora é de fortalecer a Petrobrás para que siga avançando na exploração do pré-sal, cuja riqueza deve ser servir ao povo brasileiro e não às multinacionais.”

Para João Antônio de Moraes, diretor de relações internacionais da FUP, a declaração de Braga, servil às grandes petroleiras, “é muito grave... Se já está havendo pressão sobre o Congresso Nacional para flexibilizar a partilha, com essa declaração absurda, a tendência é que a pressão só aumente.”

Só o PSDB já tem três projetos no

Congresso para alterar o modelo de partilha e retirar da estatal o papel de operadora única. Já está em processo de votação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado o projeto de lei do senador José Serra (PSDB) que desobriga a Petrobrás de integrar consórcios de exploração do pré-sal e exclui a cláusula estabelecida na lei de partilha, de 2010, que condiciona a participação da estatal em, no mínimo, 30% em cada licitação. Na partilha, a propriedade do petróleo extraído é do Estado.

Dilma, em recente discurso, afirmou que não haverá mudanças no regime de partilha.

A declaração provocou a ira do jornal OESP. Em editorial (16/5), diz que “nada pode justificar a obrigação da



Ministro Eduardo Braga, o 2º da direita para a esquerda, em Houston (EUA), anuncia às multinacionais flexibilização do regime de partilha

Petrobrás de participar de todas as concessões. Não há dinheiro para isso”. Mas continuam defendendo o ajuste fiscal que para a Petrobrás resulta numa queda de investimentos para US\$ 29 bilhões nesse ano e US\$ 25 bilhões em 2016. Nas concessões atuais, as empresas estrangeiras são as primeiras a não cumprir o conteúdo local nas áreas em que atuam. Segundo Moraes, a Shell, segunda produtora no Brasil, tem ativos importantes nas áreas já licitadas do Pré-sal, mas não tem nenhuma plataforma encomendada aos estaleiros brasileiros.

Moraes adverte: “Flexibilizar a partilha, não garantir a Petrobrás como operadora única do Pré-Sal e abrandar a exigência de conteúdo local, como prega o ministro (Eduardo Braga), significa abrir as portas para o Brasil ser saqueado novamente nos seus recursos naturais por interesses externos, como já aconteceu ao longo da história. No mundo inteiro, a história das petroleiras é uma história de não cumprimento da destinação social das riquezas”.

Nilton de Martins

STF contra o povo

Supremo Tribunal Federal diz que Organizações Sociais são constitucionais

O STF julgou, no último dia 15, a Ação Direta de Inconstitucionalidade 1923, impetrada pelo PT e PDT contra a Lei 9637/98 de Fernando Henrique Cardoso, que introduzia as Organizações Sociais (OSs), para repassar às “entidades privadas sem fins lucrativos” a gestão de escolas públicas, hospitais, prontos socorros, museus, institutos de pesquisas.

O julgamento, enrolado por 17 anos, se dá quando a Câmara de Deputados vota o PL 4330 que pretende terceirizar as atividades fim das empresas, mas os serviços públicos ficariam de fora.

Durante os anos em que o STF enrolou, estados e municípios aprovaram leis semelhantes e foram entregando os serviços públicos para as OSs. O estrago foi feito e o STF consagrou.

O STF decidiu que as OSs são constitucionais, “entidades sem fins lucrativos”, e que não precisam fazer licitações, nem concurso público para contratação.

O MEC comemorou no seu site: “Não é uma terceirização de atividade estatal, mas um mecanismo de parceria para fomentar as atividades previstas na lei, de forma a dar qualidade e excelência aos serviços públicos”. Seria uma declaração de se utilizar dessa modalidade? É o que pre-

tende o governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB): “Depois da Saúde, no qual em 2011 as principais unidades hospitalares foram repassadas para a administração das OSs, a Educação será a próxima área a ser submetida ao novo modo administrativo... porém fontes indicam que o modelo a ser implantado vai seguir o padrão de Charter Schools americanas, ou seja, colégio estadual com maior autonomia, cuja gestão é compartilhada entre os setores públicos e privado” (Jornal Opção 16/05/15).

A decisão do STF escancara mais a porta para a destruição dos serviços públicos. Mas desse judiciário, antipovo, nada de melhor se pode esperar. O que é inaceitável é que essa lei de FHC que entrega os serviços essenciais ao povo nas mãos do capital privado, continue em vigor depois de mais de 12 anos do PT no governo, o partido que entrou com a ação contra as OSs.

Durante os mandatos de Lula e no primeiro de Dilma, sindicatos, movimentos de saúde e outras entidades, levantaram a exigência da revogação da lei das OSs. Exigência que permanece, em defesa dos serviços públicos de qualidade, uma reivindicação, aliás, levantada nas mobilizações de 2013.

João B. Gomes

O capital privado agradece

Prefeito de São Paulo entrega serviços públicos através das PPPs

Fernando Haddad (PT) assinou contrato de PPP (Parceria Público Privada) para, com o governador Alckmin (PSDB), passar a construção de moradias no centro de SP à iniciativa privada, na contramão das demandas históricas do Movimento de Moradia – a quem havia prometido moradias via programa Minha Casa, Minha Vida Entidades –, pois não atende às famílias e sim aos interesses do setor privado. No programa de ‘parceria’, a prefeitura entra com os terrenos e a empresa fica com o lucro da venda dos imóveis ao mercado, que, pelo preço, vai excluir as famílias de baixa renda.

Haddad também havia prometido desapropriar 39 imóveis no centro para as famílias que os ocuparam. Agora, volta atrás, pois diversos imóveis serão cedidos via PPPs.

O secretário de Habitação, José Floriano (PP), diz que, “somente 25% dos que hoje ocupam devem retornar aos prédios após a reforma. O restante das vagas será destinado a moradores de outras faixas de renda”. O movimento de moradia ocupou os edifícios, o governo do PT – municipal e federal – entra com a

verba – e a iniciativa privada lucra, expulsando os moradores!

Modernidade?!

Haddad assinou também contrato de PPP para “modernizar” o parque do Anhembi.

A palavra ‘modernidade’, cara ao PSDB para privatizar, agora se ouve no PT. No congresso do PT da capital, um dirigente se opôs a emenda pela revogação da lei das Organizações Sociais, dizendo que OSs e PPPs é “moderno”! O prefeito justifica falta de verbas e repassa os serviços públicos para a gestão privada. É verdade que desde 1998, com o acordo entre o então presidente FHC e o prefeito Pitta, 13% da receita da prefeitura vai para o bolso dos banqueiros, 4 bilhões por ano! A Lei Complementar 148 (de Renegociação de Dívidas), sancionada por Dilma, foi “suspensa” pelo plano Levy, decisão da qual o prefeito já recorreu para renegociar a dívida da cidade. A saída não é a privatizar serviços públicos, é combater o ajuste e liberar o dinheiro para as atender as necessidades da população.

Barbara Corrales

AÇÃO PETISTA

“AGIR COMO O PT AGIA!”



“ELES PREFEREM UMA PETROBRAS FRACA, SUBORDINADA AO MERCADO FINANCEIRO”

Entrevista com Sérgio Gabrielli, ex-presidente da Petrobras

Numa jornada intensiva de debates ao longo do país, o ex-presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, participou como convidado, do Encontro estadual do Diálogo e Ação petista (DAP) em Salvador (BA), no dia 9 de maio. Integrando a mesa de abertura da atividade, ele contribuiu muito com o debate sobre a ofensiva contra a Petrobras e a necessidade de defender a empresa, os trabalhadores e o PT.

A página ouviu o companheiro Gabrielli em entrevista concedida ao comitê DAP-BA.

DAP: Com o processo de “investigação” da Lava Jato, somado à ofensiva tucana na CPI, a exploração do Pré-Sal, sob modelo de partilha, está em jogo? Quais os impactos da falta deste investimento para o país?

Gabrielli: Em 2010, o Congresso Nacional aprovou o novo marco regulatório para o Pré-Sal brasileiro, que se organizava em torno de quatro pilares: o contrato de partilha de produção, em lugar das concessões, a Petrobras como operadora única e com um mínimo de 30% do Pré-Sal, a política de conteúdo nacional que garantia que quase dois terços dos equipamentos deveriam ser fabricados no Brasil e a criação de um Fundo Público, que receberia os ganhos do Governo com a produção do petróleo e financiaria a educação dos nossos jovens.

O processo de investigação da Lava Jato já criou inúmeras dificuldades para a política de conteúdo nacional,



Sérgio Gabrielli fala na abertura do encontro do DAP em Salvador

definida para a produção do Pré-Sal brasileiro. O presidente Lula, e a presidenta Dilma, definiram que as plataformas, sondas, equipamentos submersos e equipamentos de superfície, embarcações de apoio e outros insumos que pudessem ser feitos no Brasil, seriam feitos no Brasil. Isto deveria sustentar cerca de um milhão de postos de trabalho no país.

Com as investigações, as empreiteiras envolvidas na produção destes equipamentos estão demitindo os trabalhadores e fechando as obras. A incapacidade de fornecerem o que a Petrobras precisa significa que empresas internacionais virão substituí-las e haverá atraso na produção de petróleo no Brasil.

O contrato de partilha está sob ameaça, com alguns projetos de lei em tramitação no Congresso, tentando fazer voltar atrás para os contratos de concessão. A grande diferença é que na concessão, como as empresas petrolíferas podem não encontrar petróleo, elas calculam seus riscos e fixam, nos leilões, quanto o governo vai receber no futuro. No contrato de partilha, a propriedade do petróleo permanece com o Estado e as empresas partilham a produção futura com o Governo, já que o risco de não achar petróleo no Pré-Sal é muito baixo.

A função da Petrobras como operadora única é fundamental para garantir o desenvolvimento tecnológico e, dada a escala de produção, dar ganhos de escala para viabilizar a política de conteúdo nacional. Tirar a Petrobras da situação de operadora única é enfraquecer as possibilidades de criação de emprego e renda no país e abrir o desenvolvimento desta imensa riqueza nacional para as operadoras internacionais. Já existem também alguns projetos de lei e iniciativas de pressão para tirar a Petrobras de sua condição de operadora única.

O Fundo Público não está ainda sob ameaça, mas os fluxos de recursos para ele serão muito menores, com o enfraquecimento da Petrobras e das empresas brasileiras de fornecimento de equipamentos para o petróleo.

DAP: O que está por trás do jogo ávido da oposição em incriminá-lo pela suposta corrupção na Petrobras?

Gabrielli: O massacre midiático e as grosseiras tentativas da oposição de tentar me envolver nos episódios de corrupção confessadamente realizados por ex-dirigentes da empresa, nas suas relações com os fornecedores e seus próprios subfornecedores, fora da Petrobras, buscam atingir o legado do Governo Lula e o que foi construído na transformação do setor no Brasil.

O que foi confessado é que as aplicações ilegais dos recursos foram feitas fora dos sistemas de controle da Petrobras, sem possibilidade de identificação pelos sistemas internos de controle, como evidenciado depois de mais de um ano de investigações focadas nas denúncias, que não conseguiram precisar o que foi realmente desviado da Petrobras. O balanço da Petrobras assume uma regra geral de 3% dos contratos como um número, mas afirma textualmente que foi impossível dizer exatamente o que ocorreu.

O que eles querem atingir é a nova estruturação da política para o desenvolvimento do setor petrolífero no Brasil, que fizemos em 2010, assim como a grande expansão e fortalecimento do sistema Petrobras no mundo. Eles preferem uma Petrobras fraca e subordinada ao mercado financeiro, a uma Petrobras pujante, articuladora de um projeto de desenvolvimento do setor que impacta o desenvolvimento do país.

DAP: No encontro estadual do DAP-BA decidimos realizar debates em defesa da Petrobras. O que você acha dessa iniciativa?

Gabrielli: Acho muito importante deslanchar uma campanha em defesa da política nacional para o aproveitamento das riquezas do nosso Pré-Sal, com o fortalecimento da Petrobras e de seu papel articulador da política de conteúdo nacional, para viabilizar mais emprego e renda para nosso povo e diminuir os riscos da chamada doença holandesa, quando a indústria petrolífera inibe o crescimento de outros setores da economia nacional.

CONSTRUIR OS GRUPOS DE BASE!

Comitê nacional do Diálogo e Ação Petista (DAP), reunido no último dia 16, discutiu a situação política e decidiu chamar todos os aderentes a se somarem aos esforços para construir a paralisação nacional que a CUT e outras centrais chamam para o 29 de maio. Como diz o site da CUT, “contra a terceirização, as Medidas Provisórias 664 e 665, e o ajuste fiscal”, vamos parar dia 29.

Questões relativas à preparação do 5º Congresso do PT (11 a 13 de junho em Salvador, BA).

Por fim, o Comitê decidiu, para fortalecer a construção do DAP, iniciar

um levantamento sobre os grupos de base já construídos nos estados.

Contribuição dos aderentes

Para financiar as reuniões do comitê nacional, confecção de faixas, panfletos etc., como decidiu o encontro nacional do DAP vamos realizar a arrecadação mensal junto aos aderentes, de pelo menos R\$5,00.

Informamos a conta do Comitê para o depósito da contribuição dos comitês estaduais ao nacional:

CEF – Agência 2873

Conta Poupança – Operação 013
conta: 3200-4

Toda a força na paralisação nacional de 29 de maio

É o dia de mobilização contra o PL 4330, as MPS 664 e 665 e o ajuste fiscal

O 29 de maio está sendo convocado pela CUT e outras centrais como um dia de mobilização e paralisação contra o PL da Terceirização, as Medidas Provisórias 664 e 665 e o ajuste fiscal, em defesa dos direitos e da democracia, rumo à Greve Geral.

Mobilização geral da classe trabalhadora em todo o país, com paralisação das atividades, o 29 de maio se impõe para barrar os ataques aos direitos trabalhistas em curso no quadro do ajuste fiscal implementado pelo ministro Levy.

Como maior central sindical que encabeça as mobilizações iniciadas em 13 de março, a maior responsabilidade recai sobre a CUT e suas entidades filiadas no processo de mobilização e paralisação que deve ser intensificado nesta reta final.

Do mato do Congresso não sai coelho

Depois de ter aprovado a MP 665 (ver OT 765), a Câmara aprovou em 13 de maio a MP 664 “melhorada” pelo relator Zarattini (PT) por 277 a 178. Como disse Vagner Freitas, a CUT foi contra pois “representa a retirada de direitos, da mesma forma que a MP 665, aprovada na semana anterior na mesma Câmara, e restringe o acesso a conquistas como o seguro-desemprego”.

O que não estava previsto pelo governo foi a aprovação apertada (232 a 210) de uma emenda de Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) à MP 664 que introduz a fórmula 85/95 como al-



Levy cercado: o ministro Levy teve que negociar com os agricultores familiares que ocuparam o Ministério da Fazenda no último dia 19, contra a política de ajuste. Manifestantes, dentro do Ministério, com o boneco de Levy “mãos de tesoura”.



ternativa ao Fator Previdenciário (ver box ao lado).

Já no Senado começou a discussão sobre o PL 4330 da terceirização, que ganhou a denominação de PLC 30. As primeiras audiências públicas mostraram a disposição de senadores como Paim (PT-RS) e Humberto Costa (PT-PE) de rejeitar a proposta vinda da Câmara e elaborar uma nova, que preserve as atividades fim da terceirização.

A bancada do PT, que esteve unida contra o PL 4330, na votação das MPs 665 e 664 acabou cedendo às pressões do ajuste fiscal vindas do Planalto, com as mesmas honrosas exceções (ver OT 765).

Já na emenda da fórmula 85/95, o próprio relator Zarattini e mais 8 deputados do PT, dentre eles Vicen-

tinho (PT-SP) e Marco Maia (PT-RS), votaram a favor, contra a orientação do governo.

Barrar os ataques na luta

A conclusão que se impõe é que só a ação da classe trabalhadora poderá barrar os ataques aos direitos trabalhistas implementados em nome do ajuste fiscal de Levy, aumentando a pressão sobre um Congresso de maioria reacionária e sobre o próprio governo para que mude de política econômica e reate com a pauta vitoriosa no segundo turno das eleições presidenciais de 2014.

Por isso, a paralisação nacional de 29 de maio é também um passo na via da Greve Geral para defender os direitos, reverter ou revogar as medidas que venham a ser adotadas e,

assim, começar a derrotar a política do ajuste fiscal. Todos à luta!

Julio Turra

A ALTERNATIVA 85/95

É a soma do tempo de contribuição (35 anos para homens, 30 para mulheres) com a idade do candidato à aposentadoria. Assim, um homem com 60 anos e 35 de contribuição escaparia da redução do Fator Previdenciário.

Essa fórmula foi acordada no 2º governo Lula com a centrais sindicais, depois do ex-presidente ter vetado o fim do Fator Previdenciário que fora aprovado no Congresso. Ela não elimina o Fator, é uma alternativa a ele. Quem não atingir a soma 85/95, continua com redução na aposentadoria.

Em 20 de maio, a Folha de São Paulo publicou entrevista com Wladimir Martinez, o “criador da 85/95”, onde o mesmo defende a idade mínima para a aposentadoria (65 anos hoje, 67 daqui a 2 anos). Ora, isso era o que FHC queria, mas perdeu por 1 voto no Congresso e criou em seguida o Fator Previdenciário.

Assim, a 85/95 é melhor que o Fator, mas não é o seu fim. Mesmo assim, o governo Dilma já diz que vai vetar essa fórmula se ela for mantida no Senado. As “mãos de tesoura” do Levy não suportam qualquer aumento de gasto público!

Pela mudança da política econômica e contra o ajuste

Senadores, com apoio de entidades e personalidades, lançam manifesto contra ajuste fiscal

Em 20 de maio veio a público o “Manifesto pela mudança da política econômica e contra o ajuste” assinado pelos senadores Lindbergh Farias (PT-RJ) e Paulo Paim (PT-RS), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP); Roberto Requião (PMDB-PR); Lídice da Mata (PSB-BA); Antônio Carlos Valadares (PSB-ES); João Capiberibe (PSB-AP); Roberto Rocha (PSB-MA); Cristovam Buarque (PDT-DF); Marcelo Crivella (PRB-RJ); e Hélio José (PSD-DF) e endossado por entidades como a CUT, MST, MTST, CMP, CPT, MAB além de economistas como Belluzo, Ladislau Dowbor, Márcio Pochman (da Fundação Perseu Abramo), dentre outras personalidades, como o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães e o educador Demerval Saviani. Abaixo trechos:

“O governo diz para a sociedade que a MP 665 ataca uma distorção no gasto das políticas de proteção ao trabalhador formal e que a MP 664 corrige abusos e fraudes. No entanto, admite publicamente, especialmente quando se dirige ao mercado financeiro, que essas medidas fazem parte de um ajuste fiscal. (...)”

O quadro de desequilíbrio fiscal das contas do governo não é responsabilidade dos mais pobres, trabalhadores, aposentados e pensionistas. As causas desse desequilíbrio foram a desoneração fiscal de mais 100 bilhões concedida pelo governo às grandes empresas, as elevadas taxas de juros Selic, que transferem recursos para o sistema financeiro, e a queda da arrecada-

ção devido ao baixo crescimento no ano passado. (...)”

Para agravar a situação do país, associado ao arrocho fiscal, vem um aperto monetário, que enfraquece a economia e anula o seu próprio esforço fiscal. O governo já aumentou em 2% da taxa de juros Selic neste ano, beneficiando apenas os especuladores do mercado financeiro. A cada aumento de 0,5% da taxa Selic durante o ano, o gasto público cresce de R\$ 7,5 bi a R\$ 12 bi. No ano passado, os gastos públicos com juros foram superiores a R\$ 300 bilhões. (...)”

O ajuste fiscal, nos termos em que está sendo proposto, coloca o governo contra as forças progressistas, enfraquecendo a capacidade de um salto político. É necessário reagir e co-

locar em andamento uma nova agenda política, ombro a ombro com as forças democráticas e populares, os movimentos sociais organizados e os partidos políticos – comprometidos com o desenvolvimento inclusivo do país, a soberania nacional e a retomada do crescimento, com a garantia do emprego – que atuam de forma autônoma para ampliar o horizonte político. (...)”

Portanto, quem quer dizer SIM ao desenvolvimento com justiça social tem que dizer NÃO ao arrocho fiscal, nos termos propostos pelo governo.

A íntegra em: https://secure.avaaz.org/po/petition/Governo_Federal, colocando a seguir o nome do manifesto.

100 dias de luta: fora Beto Richa!

Programa de TV do PSDB também é recebido com esse grito

Os trabalhadores da educação pública do Paraná, apoiados pelos demais servidores estaduais, completaram 100 dias de luta em defesa de seus direitos. Luta que provocou uma crise sem precedentes do governo tucano de Beto Richa: crise das instituições, em agudo conflito com as reivindicações dos trabalhadores e da maioria do povo.

Depois de ter aprovado seu projeto de confisco do dinheiro da previdência dos servidores, por meio de um brutal massacre contra os trabalhadores, Beto Richa volta a atacar, recusando-se a conceder a reposição da inflação anual, 8,17% (IPCA). Isso quando, para pagar o piso nacional dos professores, o reajuste deveria ser de 13,01%.

O governo oferece 5% em duas vezes, a segunda a depender das condições financeiras do estado! De quebra, rompe unilateralmente as negociações com os sindicatos.

O governo dizia que a alteração das regras da previdência possibilitaria repor as perdas salariais. Ficou claro que Beto Richa, servidor fiel dos in-

teresses do mercado financeiro, não recua diante de nada para retirar os direitos dos trabalhadores. Tirou a previdência e também o reajuste.

Reação foi manter a greve

Em 19 de maio, 30 mil servidores saíram novamente às ruas de Curitiba, marchando até a sede do governo e provocando a suspensão da sessão da Assembleia Legislativa. A pressão sobre os deputados é tão forte que vários da base governista ameaçam votar a favor do índice reivindicado pelos trabalhadores.

A luta dos educadores tem a solidariedade operária. Metalúrgicos da Volvo em assembleia aprovaram uma nota de apoio. Para soldar esse vínculo, o Núcleo Curitiba Sul da APP-Sindicato também manifestou apoio à greve dos operários da Volvo, que lutam para reverter 600 demissões.

Os gritos de "Fora Beto Richa!" tomaram conta do Paraná. Nos estádios de futebol, nos teatros, eventos escolares e esportivos e até nos shoppings – num dos principais de



Curitiba 19 de maio: professores voltam às ruas e contam com grande apoio de outras categorias

Curitiba, o programa de TV dos tucanos em 19 de maio foi recebido com esse grito! A crise só aumenta. Já caíram o comando da PM e dois secretários. Os deputados governistas praticamente suspenderam suas atividades públicas, por medo da reação popular. O governador se esconde.

Os trabalhadores compreendem que com esse governo não dá. Um governo que promove um ajuste que atinge duramente a população, que

aumenta o ICMS de 95 mil produtos em 50%, que aumenta o IPVA em 40%, que confisca a previdência, que só pode governar armando uma praça de guerra, e que agora planeja privatizar as duas maiores empresas públicas paranaenses (Copel e Sanepar), é um governo ilegítimo, claramente voltado contra os trabalhadores. Tem de sair de cena. Fora, Beto Richa!

Roberto Salomão

Em Minas, educadores arrancam reivindicações

Acordo firmado com governador Pimentel (PT) restabelece direitos

Em 15 de maio, o Sind-UTE/MG assinou com o governador do PT, Fernando Pimentel, um acordo de reajuste salarial e de reconstrução da carreira da Educação que inicia um processo de recuperação da profissão dos educadores em Minas Gerais.

Para além de resgatar reivindicações históricas da categoria que, há 12 anos, durante os governos do PSDB, vinha sofrendo retirada de direitos, com a piora das condições de trabalho e salário, o acordo assinado se diferencia, assim, do que ocorre em outros estados e com o próprio governo federal no que diz respeito às negociações com o funcionalismo.

Na solenidade, a coordenadora do Sind-UTE e presidente da CUT-MG, Beatriz Cerqueira, fez questão de destacar que o acordo assinado é uma conquista "do esforço que a categoria tem feito para fazer valer os seus direitos" e que não se trata de "governo bonzinho", embora reconhecesse que houve um "esforço de sua equipe em negociar". Já o governador Fernando Pimentel, disse que, "enquanto no resto do Brasil, nós assistimos a espetáculos lamentáveis, chegando

a agressões públicas ao professorado, aqui em Minas, (...) nós obtivemos o consenso necessário para dar esse passo histórico".

Em Juiz de Fora prefeito ataca a carreira

Na contramão do que ocorreu a nível estadual, o prefeito Bruno Siqueira (PMDB), desde o final de 2014, continua irredutível em seu objetivo de atacar os educadores municipais. Ele enviou para aprovação da Câmara Municipal um projeto – aprovado – que, nos fatos, acaba com o Plano de Carreira da categoria.

O Sinpro-JF tenta, desde o início deste ano, negociar com o governo municipal. Há dois meses em greve, os professores que continuam sem conseguir qualquer negociação, agora enfrentam o pedido do prefeito de judicialização da greve com pedido de ilegalidade. O julgamento será nos próximos dias, em Belo Horizonte, e o Sinpro/JF prepara uma grande caravana de professores este momento.

Sumara Ribeiro

Greve dos servidores em São Bernardo

Prefeito Marinho (PT) não responde às reivindicações

Em 15 de maio, no terceiro dia da greve dos servidores públicos municipais de São Bernardo do Campo (SP), mais de sete mil manifestantes fizeram passeata no centro da cidade exigindo a abertura de negociações por parte do prefeito petista Luiz Marinho.

A manifestação travou o trânsito na Anchieta, do km 23 ao 13, e todas as vias de acesso ao centro de São Bernardo. "A adesão à greve está muito grande, a população demonstra apoio à nossa luta! Os trabalhadores estão mostrando ao prefeito que, sem eles, a cidade para!", disse Giovani Chagas, presidente do sindicato dos servidores municipais, Sindserv, filiado à CUT.

A campanha salarial 2015 tem na pauta a reposição da inflação, aumento real, abono de natal de 500 reais, cesta básica do DIEESE, equiparação de piso entre estatutárias e celetistas, concurso público, convênio médico, vales alimentação e transporte.

Quando retornaram à Praça Santa Filomena, ao final da tarde, os servidores fizeram assembleia na Rua Marechal Deodoro, decidindo a continuidade da greve por tempo inde-

terminado. Houve apoio de sindicatos da região e da subseção da CUT-ABC que, durante a assembleia, apresentou a proposta de uma comissão ampla para solicitar reunião urgente com o prefeito.

Prefeitura recebe grevistas

A reunião articulada pelos sindicatos cutistas da região do ABCD, pelo coordenador da CUT-ABC e pelo presidente da Câmara, colocou, pela primeira vez, desde o início da greve, o sindicato e a prefeitura frente a frente.

Mas, o secretário de Administração de Marinho, segundo Chagas, trouxe respostas vagas sobre como se pretende encaminhar as discussões, sinalizando apenas com a possibilidade de uma contraproposta em 21 de maio. Giovani Chagas, reforçou que qualquer proposta deve passar pelo compromisso de não descontar os dias parados: "Nossa luta é justa e nossa pauta é responsável, por isso, continuaremos em greve até que haja uma proposta concreta da Administração para ser avaliada pelos trabalhadores".

JJ Maggio

Cunha atropela para avançar na contrarreforma política

É preciso barrar essa ofensiva e não cair na armadilha do “mal menor”

O presidente da Câmara Federal, Eduardo Cunha (PMDB), está apressado para votar a contrarreforma política da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 352. Ele declarou que “a partir da última semana de maio, o Parlamento irá se dedicar, única e exclusivamente, à reforma política. A ideia é de segunda-feira (25) até sexta-feira (29), se for o caso, só reforma política.”

A pressa de Cunha se explica: é preciso bloquear a verdadeira reforma política, necessária para corrigir as distorções da representação no atual sistema político e não apenas manter, mas piorar, para a maioria do povo, a atual situação.

Cunha está tão acelerado que desentendeu-se com Marcelo Castro, o relator da PEC, que ele próprio indicou, e quer que a votação vá direto para plenário, sem passar pela votação na Comissão especial, confiante que pode contar com os votos do mais reacionário Congresso, desde 1964, presidido por ele.

Com as 16 alterações previstas na PEC, o resultado será alijar ainda



Cunha, presidente do mais reacionário Congresso, apressado para aprovar a contrarreforma

mais a maioria da nação da representação.

Por exemplo, no atual Congresso, 70% dos deputados eleitos foram os que fizeram as campanhas mais caras, financiadas por grandes empresas, como empreiteiras, frigoríficos, do agronegócio, mineradoras e bancos. Investimento de retorno garantido com alto lucro, o financiamento empresarial de campanha eleitoral, pela PEC, vai ser constitucionalizado. A PEC prevê que o partido pode optar entre financiamento público, privado ou misto.

Outra aberração é o chamado

distritão que a PEC quer introduzir. Nos estados e municípios seriam criados distritos, e seriam eleitos os candidatos mais votados em cada distrito, independentemente da votação dos partidos aos quais os candidatos pertenciam. É um sistema que prejudica o voto de opinião, prejudica as minorias e reforça as candidaturas individuais e não os partidos.

“Radicalmente contra”

O deputado do PT do PR, Tadeu Verri, sintetiza a situação, da contrarreforma de Cunha: “o desenho que está caminhando não é o que defendemos, aliás, é radicalmente contra. Como por exemplo o distritão e o financiamento empresarial de campanha. Nós somos a favor do financiamento público de campanha e do voto em lista”.

De fato, a PEC 352 que é contrária à posição do PT e é também todo o contrário do que, desde junho/julho de 2013, indicaram as ruas. Ela só tende a agravar ainda mais a situação resumida na frase gritada em 2013: “você não me representa”. Por isso,

cabe ao PT, ao invés de embarcar na canoa furada e entrar no emaranhado da negociação da PEC, buscando o “mal menor”, ajudar a organizar a força para barrá-la, de “A a Z”.

Misa Boito

MOBILIZAÇÃO CONTRA A 352

Ônibus de vários estados, organizados pela Campanha “Constituinte Soberana e Exclusiva do Sistema Político”, vão chegar a Brasília no próximo dia 26 para realizar uma manifestação contra a PEC, na semana que Cunha pretende iniciar a votação. Derrotar a contrarreforma do PMDB e manter a exigência da Constituinte Soberana e Exclusiva do Sistema Político, é a única saída política para a crise aberta desde 2013. É uma luta que se desenvolve com a luta contra o ajuste fiscal, por isso a bandeira da Constituinte será levantada também no dia 29 de maio, dia de paralisação chamado pela CUT e outras centrais.

“Bem-vinda, mas insuficiente”

FMI saúda política de ajuste no Brasil, mas exige mais

O FMI publicou, neste mês, o relatório de sua “missão técnica” ao Brasil. A missão faz uma avaliação ruim da economia e de políticas governamentais dos últimos anos. Embora considere bem-vinda a nova equipe econômica e política de ajuste fiscal e monetário, exige um aperto ainda maior em termos tanto de cortes de gastos sociais quanto de reformas que barateiem custos empresariais, rebaixando salários e benefícios.

A “missão” é uma equipe “técnica” de fiscalização do Fundo que visita seus países membros todos os anos, sabatinando autoridades e consultando bancos e empresários. Seus relatórios são de fato uma ferramenta de pressão sobre países em favor dos interesses do mercado financeiro e dos credores da dívida.

Ataque aos salários

O relatório avalia que a economia brasileira cresce pouco porque não é “competitiva”. Ou seja, porque os custos empresariais, sobretudo com salários, são muito altos. A princi-

pal recomendação da missão é que o país faça “reformas estruturais urgentes para recuperar a produtividade (...) reduzindo o custo de fazer negócios e de investir”.

Para isso propõe o fim do Programa de Recuperação do Salário Mínimo – o fim da fórmula de indexação, que tem garantido sua elevação acima da inflação – “fazendo-o refletir os ganhos de produtividade [e impedindo-o de ir além disso]”. Defende também uma reforma previdenciária que reduza os gastos com benefícios.

Aumentar o superávit primário

Além disso, o relatório usa a mesma conversa dos economistas de banco: os gastos do governo são muito altos e isso impediria os investimentos privados. Ora, isso é falso: altos são os gastos com os juros da dívida – e são eles que desviam dinheiro de investimentos produtivos.

Mas o FMI insiste que é preciso cortar mais gastos públicos. Propõe assim aumentar em 0,5% do PIB o Superávit Primário do Plano Levy, levando-o aos 2,5% nos próximos anos.

Assim, “os gastos correntes e sobretudo os obrigatórios devem ser reduzidos nos curto e longo prazos”. Portanto, “a rigidez de gastos orçamentários e as pressões de despesas relacionadas ao envelhecimento populacional [INSS] precisam ser enfrentadas com reformas que vão muito além das atuais medidas de ajuste”. Por exemplo: reformas na legislação para acabar com “o vínculo dos benefícios previdenciários com o salário-mínimo”.

“Enquanto tais reformas não vêm, a aderência à meta de superávit é fundamental, bem como a publicação de relatórios transparentes feitos por um conselho fiscal independente,” sugere o FMI.

A missão ainda toma as dores dos banqueiros e exige o fim da política de expansão de crédito dos bancos públicos com juros abaixo do praticado pelos privados. Isso “distorce o [“livre”] mercado”, reclama o FMI. Na mesma linha, defende também o fim do financiamento pelo Tesouro ao BNDES e sugere a elevação da taxa de juros de seus empréstimos [a TJLP].

Por fim o Fundo elogia o Banco Central (Bacen) por suas atuais altas na taxa Selic e as considera ainda necessárias no próximo período “para trazer inflação para dentro da meta e prevenir altas secundárias em salários e preços”.

Mais ainda, a missão do FMI sugere “dar mais autonomia à diretoria do Bacen com mandato garantido aos seus diretores. Ao mesmo tempo deve-se fortalecer a institucionalização do regime de metas, reduzindo suas bandas de tolerância”. Tudo isso para tirar a soberania do governo, eleito pelo povo, sobre a política monetária.

Com a crise econômica mundial, os mercados financeiros exigem urgência na implementação dos cortes de gastos e de direitos para recuperar lucratividade e sua remessa ao exterior. Isso somado à atual fragilidade do governo brasileiro e à resistência dos trabalhadores contra o ajuste parece fazer a missão do FMI procurar retomar o papel intimidador que assumia nos anos 80 e 90.

Alberto Handfas

5º Congresso: o PT na hora H

Quase tudo pode acontecer de 11 a 13 de junho, em Salvador, Bahia

É em meio à sua maior crise, que o PT, hoje um partido encabreado ao “governo da coalizão” com o PMDB, acuado por uma campanha reacionária pela sua “extinção” e semi-paralisado organizativamente, vai realizar a “segunda fase” do seu 5º Congresso, em Salvador.

Ela vai reunir apenas 800 dos 1600 delegados eleitos há dois anos, no último PED (Processo Eleitoral Direto), porque começaram a secar as fontes de financiamento “empresarial”.

Os jornais estampam os impasses de uma direção dividida sobre as propostas, que vão desde uma “frente” substituta do partido, salvadora da candidatura presidencial de Lula em 2018, até uma abreviação do mandato da atual direção partidária, numa espécie de “acordão” das correntes e lideranças.

Documentos lançados nos últimos dias indicam as posições em disputa, mais que as sete teses inscritas, desprezadas nas etapas municipais e estaduais desse Congresso, mesmo porque estas em geral não deliberavam.

Mais do mesmo

Monica Valente, liderança da corrente majoritária, o CNB, publicou um texto reivindicando a glória da “revolução democrática” realizada nos 12 anos de governo do PT.

Será? Líderes do PT estão injustamente condenados ou presos pelo Judiciário. O Congresso Nacional



“mais conservador desde 64”, trava, quando não faz recuar os direitos democráticos e sociais.

A verdade é que as reformas democráticas (agrária, urbana e política), não foram feitas nesses 12 anos, quanto mais uma “revolução”?! Face às inegáveis dificuldades atuais,

Monica procura abrigo nos “novos atores sociais”, na horizontalidade e nas redes, um discurso falsamente moderno em voga na cúpula desde as manifestações de junho de 2013, que não impediu o partido de afundar. Monica defende o famigerado PED, fator de corrupção interna, manipulação e carregamento de eleitores pelo poder econômico, que ela propõe estender também à eleição dos Setoriais (Sindical, Mulheres etc.). É mais do mesmo.

Mas ela tem razão num aspecto: reagir à “difamação” do PT, através da “defesa coletiva” pelo partido, dos dirigentes que, de fato, faz falta desde o mensalão. É preciso concretizar ações contra os acusadores do Judiciário, rompendo o cerco atual. Lembremos que no último programa de TV do PT, o presidente Rui Falcão cedeu ao cerco falando de afastar do partido qualquer condenado pela Justiça.

Parece, mas não é

O “campo” da Mensagem, integrado por muitos parlamentares e ministros, se apresenta como a maior oposição interna, como diz o ex-governador Tarso Genro. Mais visível, de fato é, já oposição, nem tanto.

A Democracia Socialista, grupo mais compacto e determinante na MSG, acaba de publicar textos críticos à política econômica - embora só um de seus deputados não tenha votado as MPs 664-665 - e fala agora claramente em “fim do PED” e eleição em Congressos, o que é em si positivo.

Mas defende uma “constituente petista aberta à participação da base militante do PT e da esquerda social para elaborar um novo Manifesto”, ou seja, a velha tese da refundação abandonando as posições originais do PT - um desastre!

A DS também pede o “afastamento da direção de filiados em condição de réu ou sob inquérito criminal”, isto é, nem mesmo condenados. O juiz Moro e o STF agradecem.

Diálogo e Ação Petista (DAP)

A Tese inscrita pelo DAP, ali onde pode ser discutida (etapas municipais, plenárias), ganhou espaço

nesta situação de crise, por isso mesmo. O Comitê Nacional do DAP em Comunicado esta semana sintetizou em três linhas de força a argumentação de suas modestas bancadas de delegados nas etapas Estaduais nos próximos dias e no 5º Congresso:

- a defesa do partido contra os ataques da reação, através do judiciário: passar a “acusar o acusador” e denunciar o papel da Justiça para romper politicamente o cerco, apontando para a Constituinte do sistema político (inclui a Justiça). Exigir a liberdade para Vaccari e também recusar a expulsão de simples réus ou “condenados” pela manipulação.

- subir o tom na exigência da mudança da política econômica do governo Dilma, levantando “Abaixo o Plano Levy”, e apresentando a alternativa da Tese DAP (fim do superávit, derrubada dos juros e controle do câmbio) para discussão de um plano do PT, em conjunto com outros setores do partido que resistem às MPs 664-665 (ver abaixo).

- reconstruir o partido desde a base, com a decisão neste Congresso de terminar com o PED e voltar a eleger as direções já nos Encontros de delegados do ano que vem; apoiar a recusa do financiamento empresarial de campanha no PT, tanto pelos diretórios em todos os níveis, quanto pelos candidatos às eleições.

Markus Sokol

Aumenta no PT a resistência ao Plano Levy

Senadores e lideranças dão nome aos bois

Com a participação de dois senadores do PT, Paulo Paim (PT-RS) e Lindbergh Farias (PT-RJ), onze congressistas divulgaram manifesto dia 20 anunciando que votarão contra as duas medidas provisórias 664 e 665 do ajuste fiscal (ver pág. 6).

O manifesto ainda tem o apoio de entidades, como o MST (Movimento dos Sem-Terra), CUT (Central Única dos Trabalhadores), e personalidades como Márcio Pochman, presidente da Fundação Perseu Abramo, do ex-ministro Samuel Pinheiro Guimarães, além do ex-governador do Rio Grande do Sul Tarso Genro (PT).

“O desequilíbrio fiscal das contas do governo não é responsabilidade dos mais pobres, trabalhadores, aposentados e pensionistas. As causas desse desequilíbrio foram a desone-



Lindbergh Farias

ração fiscal de mais de R\$ 100 bilhões concedida pelo governo às grandes empresas, as elevadas taxas de juros e a queda de arrecadação devido ao baixo crescimento no ano passado”, diz o manifesto.

“De forma direta, Lindbergh disse que a continuação do ministro da Fazenda, Joaquim Levy, impede a

mudança de rumos de forma a não penalizar apenas os mais pobres. Questionado se estava pedindo a demissão do ministro, o senador petista disse que Levy dificilmente mudaria suas teses.

— O Levy é um cara sincero, que defende suas teses. A gente não acredita que Levy vá mudar essa política econômica que está aí.” (site O Globo, 20/5).

A votação no Senado, assim, se anuncia mais conturbada do que na Câmara dos Deputados, onde 10 parlamentares já se recusaram a votar contra os trabalhadores, cinco deles distribuindo notas explicando porque se retiravam do plenário. Depois, na discussão de uma emenda importan-

te, outros quatro deputados votaram contra o atual “fator previdenciário” defendido pelo governo a favor do 85/95, inclusive o relator da matéria, Carlos Zaratini, que renunciou em seguida à vice-liderança do governo na Câmara (ver pág. 6).

Errata

A nota “Oportunistas abandonam o PT” (OT 756) afirma que, ao lado da senadora Marta Suplicy e de Serge Goulart (Esquerda Marxista), também o ex-deputado federal Candido Vacarezza saía do PT. Um erro é aqui retificado no tocante a Vacarezza. Informações e declarações a ele atribuídas pela grande imprensa, todavia não se confirmaram nos fatos.

Há 70 anos acabava a Segunda Guerra Mundial

Foi a URSS que jogou o papel central na derrota do nazismo, mérito de Stálin?

O 70º aniversário do final da Segunda Guerra Mundial foi comemorado na Europa ocidental, em 8 de maio e na Rússia e demais países que fizeram parte da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em 9 de maio.

O papel da URSS na derrota do nazismo se traduz em números: 74% das baixas sofridas pelo exército alemão foram provocadas pelo exército soviético, tendo ocorrido na chamada “frente oriental”. Para os russos e demais nacionalidades que compunham a URSS, tratou-se da “Grande Guerra Patriótica”. A capital do 3º Reich de Adolf Hitler, Berlim, foi ocupada pelo Exército Vermelho.

Assim, diferentemente do que se tornou moeda corrente nos EUA e seus aliados europeus, que atribuem a si a vitória sobre o nazismo, foi a URSS que decidiu a guerra. E essa vitória seria fruto da genialidade de Stálin, como proclamavam os partidos comunistas e historiadores oficiais da URSS? Nada mais falso, como demonstra o texto do historiador francês Jean Jacques Marie, publicado em “Informações Operárias”, do qual reproduzimos os trechos abaixo:

“A comemoração da derrota da Alemanha nazista reanima, uma vez mais, a lenda de uma vitória do Exército Vermelho graças aos talentos militares de Josef Stálin. A realidade é que essa vitória custou caro em vidas humanas para a URSS: 27 milhões de mortos, sem contar os feridos e mutilados. Ela foi obtida não graças a Stálin, mas apesar dele.

Por conta dos interesses da burocracia e de seu próprio poder, entre 1937 e 1939 Stálin dizimou o alto comando do Exército Vermelho e seu corpo de oficiais. A partir da assinatura do pacto germano-soviético em 1939, Stálin chegou a proibir a propaganda antifascista, inclusive do Partido Comunista alemão, reforçando o regime de Hitler.

Em 1º de dezembro de 1940, a URSS invadiu a Finlândia, mas seu exército, desorganizado pelas depurações e sem um comando experiente, sofre pesadas baixas durante quatro meses, revelando sua fragilidade e encorajando Hitler a romper o pacto e atacá-la.

Em dezembro de 1940, o governo nazista adota o “Plano Barbarossa” de invasão da URSS. Stálin não toma qualquer medida de defesa, esperan-

do que Hitler não rompa o pacto de não agressão, já que a Alemanha dependia do envio pela URSS de minérios e provisões. Tampouco deu ouvidos a seus embaixadores e serviços secretos, que alertavam a iminência de uma invasão nazista. Stálin também não reagiu diante de 324 casos de violação do espaço aéreo soviético pela Luftwaffe (força aérea alemã, NDT) entre 1º de janeiro e 22 de junho de 1941.

Quando, em 22 de junho, Stálin é informado, às 3 horas da manhã, que a Wehrmacht (exército alemão, NDT) havia entrado na URSS, fica horas sem dar ordem de reagir, o que permite à aviação alemã destruir mais de mil aviões soviéticos no solo.

A ofensiva da Wehrmacht, diante da falta de preparação da URSS, permite a captura de centenas de milhares de soldados soviéticos. Stálin, no Kremlin (sede do governo, NDT), qualifica de traidores as vítimas de sua própria irresponsabilidade. Depois o “estrategista genial” proíbe qualquer recuo das tropas.

Em 29 de julho, Zhukov (comandante do Exército Vermelho), vendo que seu exército do sudoeste seria cercado pelos alemães, propõe reagrupá-lo atrás do rio Dnieper e abandonar Kiev (capital da Ucrânia, NDT) que seria indefensável. Stálin demite Zhukov e exige de Krushev (que irá sucedê-lo no comando da URSS em 1953) defender Kiev a qualquer custo. Em 10 de setembro os tanques alemães perfuram as linhas soviéticas, mas Stálin proíbe que a cidade seja evacuada, o que resulta em 500 mil soldados soviéticos prisioneiros,

e assim continuou até a batalha de Stalingrado.

A batalha de Stalingrado

Em maio de 1942, a URSS se encontra numa terrível situação: o exército alemão se dirige para o rio Volga e territórios do Cáucaso, o exército soviético está à beira de desmoronar. Ao longo deste ano de 1942, Stálin manda fuzilar 32 generais que julga culpados pelas derrotas provocadas pelas suas decisões. O próprio Zhukov, mais tarde, o critica por ter exigido no início do conflito “prazos de preparação e execução das operações impossíveis de realizar”, o que “provocou grandes perdas em homens e meios materiais”.

Os alemães começam a cercar Stalingrado desde setembro de 1942. Stálin passa então a confiar as decisões a um pequeno círculo de chefes militares, dentre eles Zhukov e Vassilievski que lhe trazem o plano do contra-ataque em Stalingrado.

A derrota alemã e a rendição do marechal Paulus, em janeiro de 1943, marcam uma virada na guerra. Virada moral, política e militar. O que não impediu Stálin de continuar seus jogos burocráticos custosos em vidas humanas. Durante os cinco meses da batalha de Stalingrado, 13.500 soldados e oficiais foram fuzilados pela NKVD (polícia política, NDT) acusados de covardia, deserção, recuo sem autorização e automutilação.

Em 25 de junho de 1945, Stálin se proclama “generalíssimo”. A URSS pagou a vitória contra Hitler com 27 milhões de mortos. O país vitorioso

estava arruinado, faminto e no limite de suas forças. Este enfraquecimento contribuiu também para que o primeiro culpado por essa situação, Stálin, e a burocracia por ele dirigida, se mantivessem no poder.”

TROTSKY E A DEFESA DA URSS

Antes de ser assassinado por um agente de Stálin em seu exílio mexicano (agosto de 1940), Trotsky orientou a 4ª Internacional a defender a URSS em caso de agressão militar de Hitler. Seu livro “Em defesa do marxismo” (setembro de 1939) é dedicado a polemizar contra os que traçavam um sinal de igual entre Stálin e Hitler (trechos abaixo):

“O que defendemos na URSS? Não são aquelas coisas nas quais a URSS se parece com os países capitalistas, mas precisamente aquilo em que ela se diferencia destes (a propriedade estatal, NDR). (...)

Suponhamos que Hitler aponte seus canhões para o Leste e invada os territórios ocupados pelo Exército Vermelho. Sob estas condições, os partidários da 4ª Internacional, sem modificar de forma alguma sua atitude frente à oligarquia do Kremlin, colocarão como a mais urgente tarefa do movimento, a resistência militar contra Hitler. Os operários dirão: ‘Não podemos deixar que Hitler derrote Stálin; isso é tarefa nossa’. Durante a luta militar contra Hitler, os operários revolucionários devem se esforçar para manter as relações, as mais fraternas possíveis, com a base dos lutadores do Exército Vermelho. Enquanto isso com as armas nas mãos, lutam contra Hitler, os bolcheviques deverão ao mesmo tempo, fazer propaganda revolucionária contra Stalin, preparando sua derrota para a próxima, e talvez muito próxima, etapa.

Este tipo de ‘defesa da URSS’, naturalmente será diferente – tanto quanto o céu é diferente da terra – da defesa oficial que agora é levada a cabo sob o lema: ‘Pela Pátria! Por Stálin!’. Nossa defesa da URSS é colocada sob o lema: ‘Pelo socialismo! Pela Revolução Mundial! Contra Stálin!’.”



Centenas de milhares de soldados soviéticos são aprisionados pelos nazistas

Nada resolvido após as eleições britânicas

Não foi “onda conservadora”, foi derrota dos trabalhistas causada pela política a favor da austeridade

Às vésperas das eleições no Reino Unido, em 7 de maio, o jornal “Financial Times” escreveu: “Nos próximos anos, o Reino Unido será politicamente o país mais imprevisível da Europa”. É o que o resultado eleitoral acaba de confirmar, por mais que as declarações queiram passar a ideia de estabilidade após a vitória do Partido Conservador. Os meios financeiros já deixam transparecer o temor de que o primeiro-ministro David Cameron terá dificuldades em fazer o que esses meios esperam dele.

É necessário, antes de tudo, restabelecer os fatos: a vitória dos conservadores – com apenas 36,9% dos votos, ante 30,4% do Partido Trabalhista (Labour) – não teve nada de “onda conservadora”, foi beneficiada pelo sistema eleitoral britânico (ver box). O que ocorreu foi uma desastrosa votação do Labour em seu tradicional bastião, a Escócia, e o enfraquecimento do partido no conjunto do Reino Unido, depois que foi identificado como defensor de uma política antioperária e de austeridade.

Nos governos dos primeiros-ministros trabalhistas Tony Blair (1997-2007) e Gordon Brown (2007-2010), o Labour aplicou a política exigida pelos mercados financeiros. Mesmo agora, quando está na oposição, apoia os cortes orçamentários em gastos sociais, defendidos por Cameron.



Manifestação em Londres exige ensino público gratuito

Na Escócia, os dirigentes trabalhistas, com a cumplicidade das direções sindicais do Labour, apoiaram um “pacto parlamentar de controle orçamentário”, com conservadores e liberal-democratas. Durante a campanha eleitoral, os três partidos comprometeram-se com o corte de 30 bilhões de libras exigido pelo Banco Central Europeu.

A linha política do líder trabalhista, Ed Miliband, impediu que o Labour atraísse para o voto em seus candidatos a profunda rejeição à política de Cameron existente entre a população. O Labour foi identificado como mais um partido que apoia a austeridade e defende as instituições da União Europeia.

Tsunami na Escócia

Uma coisa não era prevista: a amplitude da derrota do Labour na Escócia, onde foi devastado por um tsunami. O partido elegeu apenas um deputado ali, onde há décadas consegue de 40 a 50 cadeiras no Par-

lamento. Sua política levou o Partido Nacionalista Escocês (SNP, da sigla em inglês) a aparecer, para a maioria dos eleitores, como uma força política que se opõe à política de austeridade, porque formalmente se pronunciou dessa forma. O SNP elegeu 56 dos 59 de-

putados escoceses.

No referendo de setembro de 2014 sobre a independência da Escócia (em que o Não à independência obteve 55,3% dos votos, ante 44,7% para o Sim), o Labour apareceu ao lado de conservadores e liberal-democratas, numa união sagrada sob a égide da monarquia, para salvar o Estado da burguesia britânica.

No referendo, não estava colocada uma questão nacional que opusesse o povo escocês à Inglaterra (o Reino Unido é um Estado formado em 1707 pela união entre Inglaterra e Escócia). Como explicou um sindicalista na época: “O que acontece aqui é que as pessoas dizem: ‘Vamos tentar o Sim. Pois desde Thatcher, Blair, Brown, agora Cameron, todos aplicam a mesma política, então não pode ser pior’”. Mas outros militantes operários votaram Não, certos de que não poderiam confiar nas promessas dos nacionalistas (leia mais em OT-756).

A direção do Labour é a responsá-

vel pelo atual resultado. Essa mesma responsabilidade pode ser vista no restante do país, onde não havia SNP. De outro lado, como reconhecem alguns porta-vozes do imperialismo, a vitória de Cameron não resolve nada. O Reino Unido continua em meio a uma grande crise, que atinge todas as instituições.

Correspondente

SISTEMA ELEITORAL FAVORECEU CONSERVADORES

As eleições abrangiam 46,4 milhões de eleitores do Reino Unido, formado por Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte (Ulster). O Parlamento, chamado de Câmara dos Comuns, tem 650 deputados, um por distrito eleitoral no qual está dividido o país. Pelo sistema eleitoral vigente, o candidato mais votado em seu distrito é eleito, qualquer que seja a votação obtida. Isso favorece os grandes partidos e, no caso das atuais eleições, explica por que o Partido Conservador, tendo nacionalmente apenas 36,9% dos votos, ficou com a maioria absoluta dos deputados (331 entre 650), enquanto o Labour, com 30,4%, elegeu apenas 232.

“Situação exige a resistência dos palestinos”

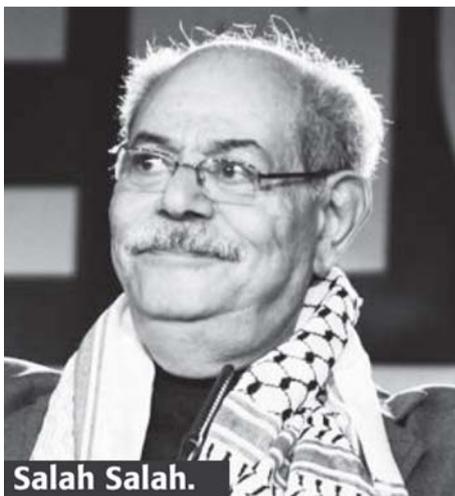
Salah Salah, membro do Conselho Nacional Palestino, analisa quadro atual

O jornal “Fraternité” (Fraternidade), do Partido dos Trabalhadores da Argélia, publicou entrevista com Salah Salah, membro do Conselho Nacional Palestino, responsável pela questão dos refugiados. Reproduzimos trechos de sua análise sobre a situação atual na Palestina:

“A necessidade de se fazer um balanço do longo combate do povo palestino pela recuperação de seus direitos históricos se coloca com uma acuidade jamais vista. É preciso retomar todas as etapas que marcaram nossa história. Desde a “Nakba” (1948) [“desastre”, referência à criação do Estado de Israel – Ndr], passando pela divisão da Palestina, as anexações de 1967 e os resultados dos acordos de Oslo, ditos de paz, firmados entre os dirigentes sionistas e palestinos, sob o patrocínio dos estadunidenses. É pre-

ciso ter a coragem de fazer o balanço das escolhas feitas pelos dirigentes palestinos.

Estou começando a trabalhar com meus irmãos de combate pela convocação de reunião do Conselho Nacional Palestino (CNP), que é a



Salah Salah.

instância representativa do povo palestino. Cabe ao CNP fazer as escolhas estratégicas e promover um sério trabalho de resistência diante da entidade sionista que trabalha metodicamente para acabar com a revolução palestina.

A resistência heroica em Gaza [em 2014] diante do poderoso exército israelense mostrou que o povo palestino tem os meios, que ele pode resistir e golpear o inimigo. Contrariamente às guerras anteriores, a resistência palestina deu uma resposta vigorosa à barbárie. Ela não se contentou em chamar a ajuda internacional, ou o fim dos bombardeios etc. Por sua unidade, sua solidariedade e sua combatividade, os palestinos mostraram que não tinham medo de enfrentar o exército israelense, mesmo sendo o mais poderoso da região. Eles

atraíram a simpatia dos povos do mundo inteiro.

Pela primeira vez desde a criação artificial de Israel, a resistência palestina obrigou o governo israelense a recuar e a sentar-se à mesa de negociação. Essa situação inédita mergulhou o governo israelense em profunda crise. O povo palestino espera de seus dirigentes a anulação de todos os acordos ligados aos processos de Oslo. É preciso dar fim, na região, à coordenação de segurança com o governo israelense, assim como é preciso anular o acordo econômico de Paris, que asfixia a economia nos territórios ocupados.

A situação atual exige a resistência dos palestinos por todos os meios. É a única maneira de fazer avançar a questão palestina. Essa é uma orientação realista, não tem nada de extremista.”

Haiti: eleições sob ocupação

Manifestações contra o governo e a Minustah continuam

Não se pode esquecer em que condições o imperialismo fez o presidente Martelly “ganhar” as últimas eleições presidenciais, em 2010/2011: foi na repescagem do segundo turno e conduzido à vitória final com menos de 13% dos votos dos eleitores inscritos.

Agora, em 2015 - com o funcionamento da Assembleia Nacional suspenso, pois não foram convocadas eleições a tempo de renovar o mandato dos parlamentares - Martelly e seu primeiro ministro ilegítimo (não ratificado pelo parlamento, que já não existia), preparam novo processo eleitoral igualmente ilegítimo, pois o país continua sob ocupação da Minustah (tropas da ONU comandadas pelo Brasil).

Para tanto, o governo teve que dobrar a resistência dos três partidos e agrupamentos políticos mais hostis ao poder, o MOPOD, Fanmi Lavalas (do ex-presidente Aristide) e Petit Desalin (do ex-senador Jean Moise Charles), que terminaram por ceder à pressão do imperialismo e inscreveram-se para as eleições previstas para acontecer em agosto e outubro de 2015.

Para Martelly, isso demonstra “uma sabedoria política e democrática”. Mas como pode haver eleições democráticas num país em que é a ocupação militar estrangeira a única sustentação do governo?

Candidaturas

O Conselho Eleitoral Provisório (CEP), organismo constituído ao arripio da constituição, segundo alguns dirigentes políticos, recebeu mais de duas mil candidaturas para



Martelly recebe presidente da França e manifestantes dizem: “fora Hollande”

as eleições legislativas (senadores e deputados). Para as eleições municipais, também convocadas, o CEP prorrogou as inscrições de candidaturas em duas semanas.

Martelly se diz satisfeito, mas, na verdade, está inquieto, pois há um mês, os responsáveis pela Minustah anunciaram a diminuição das tropas. Martelly recorreu imediatamente ao Conselho de Segurança da ONU pedindo reconsideração da decisão.

Ademais, a situação no Haiti continua marcada, no plano político, por um vazio institucional - o funcionamento da Assembleia está suspenso - e um bom número de organizações populares e sindicais continua mobilizado pela saída da Minustah e também exigindo o fim do governo Martelly.

As manifestações contra Martelly negam qualquer legitimidade do presidente fantoche, marionete das potências estrangeiras a serviço do governo estadunidense e afirmam que participar dessas eleições, sob ocupação, é se tornar parte ativa da tragédia do país, prolongando-a e agravando-a!

Como pode existir eleição livre e democrática em um país sob ocupação?

François Hollande no Haiti

Nas manifestações que não cessam de sacudir o Haiti, o presidente da França, o “socialista” François Hollande, também se tornou alvo. Ocorre que no início do século 19 o Haiti era colônia da França. Depois que, em 1804, os escravos haitianos derrotaram o exército francês, libertaram-se, declararam independência e constituíram a primeira república negra do mundo, a França impôs ao novo país o pagamento de

uma “indenização” pelos “prejuízos causados”, sob pena de graves sanções e inclusive ataque militar. Em valores de hoje a soma seria algo em torno de US\$ 21 bilhões.

Pois durante uma turnê no Caribe (passou em Cuba e Guadalupe, antes de desembarcar no Haiti), Hollande teve o desplante de declarar, dia 10 de maio, que iria “quitar a dívida moral da França com o Haiti”.

Imediatamente, quando de sua chegada ao Haiti, em 12 de maio, Hollande foi rechaçado por manifestações de massa que responderam assim sua provocação: “Moral nós temos, o que nos falta é dinheiro! Fora François Hollande! Exigimos reparação! Restituição ao Haiti dos 21 bilhões de dólares extorquidos!”.

O combate pela retirada das tropas da ONU do Haiti

Inúmeras organizações haitianas, notadamente aquelas agrupadas com a Coordenação Haitiana pela Retirada das Tropas da ONU do Haiti, mobilizam-se há anos pela retirada da Minustah. A mobilização será reforçada no quadro do triste décimo primeiro aniversário de ocupação do Haiti, em 1º de junho de 2015.

O chamado da Coordenação haitiana explica: “Tanto pelo fundo quanto pela forma, a Minustah está

ilegalmente no Haiti, se impõe pela força na terra de Dessalines:

- O povo haitiano, em sua ampla maioria, exige sua retirada imediata e incondicional.

- O senado do Haiti votou, em 28 de maio de 2013, uma resolução exigindo a retirada das tropas da Minustah.

Por ocasião do centenário da ocupação americana (1915-2015), a Coordenação haitiana organiza, igualmente, uma série de ações para dizer Não à ocupação.

A luta da Coordenação pela retirada das tropas da ONU do Haiti pede a solidariedade ativa de todas as organizações engajadas no combate pela libertação de todos os povos oprimidos do planeta. A desocupação do Haiti diz respeito a todos”.

Várias organizações do continente se mobilizam de diferentes maneiras neste 1º de junho de 2015, respondendo, assim, ao chamado da Coordenação. É o caso de Guadalupe, Brasil, México e Estados Unidos e Venezuela, entre outros.

No Haiti, a Coordenação prepara uma semana inteira de atividades, de 25 de maio a 1 de junho, organizando entrevistas coletivas, conferências e debates.

No dia 28 de maio está previsto mais um “sit-in” (vigília) diante da embaixada dos Estados Unidos e no dia 1º de junho serão duas grandes manifestações: pela manhã diante da principal base da Minustah, em Porto Príncipe, e à tarde uma manifestação no Campo de Marte, local tradicionalmente utilizado para concentrações populares, na praça Jean Jacques Dessalines, patrono da nação haitiana.

Ao lado de diversas organizações políticas, sindicais e populares, estarão presentes inúmeras personalidades políticas, incluindo o ex-senador Moise Jean Charles e o ex-presidente do Congresso Nacional, ex-senador Desras Simon Dieuseul.

Correspondente



Haitianos exigem reparação do governo francês

No mês do nosso aniversário, contribua com o jornal O Trabalho, faça uma assinatura solidária

Assine **O TRABALHO**

Receba *O Trabalho* em sua casa, a cada quinzena

12 edições: R\$45,00 24 edições: R\$90,00 24 edições Solidário: R\$150,00

A partir do nº _____ Nome: _____
Endereço: _____
Cidade: _____ Estado: _____
CEP: _____ Tel.: _____
E-mail: _____

Peça sua assinatura por e-mail ou carta
Deposite na conta Banco do Brasil - Agência: 4055-X, C/C: 8894-3
Envie comprovante junto com o cupom para Rua Caetano Pinto, 678 - CEP 03041-000 - São Paulo
Fone/fax: (11) 2613-2232